



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria-Executiva

Assessoria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

ATA DA REUNIÃO DOS(AS) COORDENADORES(AS) E RELATORES(AS) DAS COMISSÕES TEMÁTICAS DO CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CCT COM A MINISTRA LUCIANA SANTOS

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, Bloco E, 5º andar, Salas dos Conselhos, e de forma híbrida, ocorreu a Reunião dos(as) Coordenadores(as) e Relatores(as) das Comissões Temáticas do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT com a **Ministra Luciana Santos**, que foi conduzida pela **Chefe da Assessoria e Secretária Executiva do CCT, Sra. Denise Aparecida Carvalho**. Estavam presentes: **Luciana Santos**, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação; **Denise Aparecida Carvalho**, Chefe da Assessoria e Secretária Executiva do CCT; **Luís Manuel Rebelo Fernandes**, Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; **Daniel Almeida Filho**, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; **Henrique Miguel**, secretário da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital – SETAD; **Osvaldo Moraes**, Secretário substituto de Políticas e Programas Estratégicos; **Sônia Costa**, Diretora de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva; os(as) conselheiros(as) coordenadores(as) e relatores(as) de forma presencial: **Andréa Valim**, Relatora Substituta da Comissão I; **Dácio Roberto Matheus**, Coordenador Substituto da Comissão I; **Francisco do O'**, Relator da Comissão IV; **Hideraldo Almeida**, Relator da Comissão II; **Jorge Bermudez**, Relator Substituto da Comissão III; **Júlio Heck**, conselheiro; **Márcio Pereira**, Relator da Comissão III; **Marcela Flores**, Coordenadora da Comissão II; **Mercedes Bustamante**, conselheira; **Paulo Artaxo**, conselheiro; **Rafael Lucchesi**, Coordenador da Comissão III; **Sandra Goulart**, Coordenadora da Comissão IV; **Silvia Massruhá**, Coordenadora Substituta da Comissão III; os(as) conselheiros(as) coordenadores(as) e relatores(as) de forma remota: **Helena Nader**, Coordenadora da Comissão I; **Jailson Bittencourt**, Coordenador Substituto da Comissão II; **Renato Janine**, Relator da Comissão I; **Silvio Bulhões**, Coordenador Substituto da Comissão IV; **Vinícius Soares**, Relator Substituto da Comissão I; os(as) assessores e apoio técnico: **Rubens Diniz**, Chefe de Gabinete da Ministra; **Maria Luiza Rangel**, Chefe de Gabinete; **Sibelle de Andrade Silva**, assessora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; **Fernando Rizzo**, Diretor-Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; **Kilma Gonçalves Cesar**, líder de projetos do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; **Caroline Pereira**, líder de projetos do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE. **Abertura:** A Chefe da Assessoria e Secretária Executiva do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT, **Sra. Denise Aparecida Carvalho**, iniciou a reunião cumprimentando a todos(os) e apresentou a nova logomarca do Conselho, lançada da data de comemoração dos 50 anos do CCT, em 16 de janeiro. Explicou que a informação de que o Conselho tinha 50 anos foi descoberta recentemente, uma vez que se acreditava que o CCT tinha tido origem na Lei de 1996, mas que pesquisas feitas no Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação – MCTI levaram a um documento elaborado pelo ex-Ministro Israel Vargas, que foi conselheiro do CCT em 1975 como representante do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio da época. Disse que o documento em questão informava que o Conselho nasceu no dia 16 de janeiro de 1975. Apresentou o selo comemorativo dos 50 anos do Conselho e o projeto CCT 50 Anos, que estava sendo desenvolvido durante todo o ano de 2025, com uma equipe de pesquisadores e historiadores investigando a história do Conselho, inclusive a grande participação do CCT em momentos muito importantes da história do Brasil e da ciência brasileira. Somou que o material daria origem a um livro e a um site próprio e lembrou que a Secretaria Executiva do MCTI – SEXEC e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT estavam empenhados em viabilizar o projeto. Após o informe inicial, esclareceu que a presente reunião tinha sido pensada com o objetivo de entrega

formal dos trabalhos das quatro Comissões do CCT à Ministra, à SESEC e aos secretários. Resumiu que os conselheiros que participaram como coordenadores, relatores e convidados apresentariam um resumo do trabalho da respectiva Comissão durante os três meses antecedentes. Disse que, primeiramente, seriam feitas as considerações iniciais da Ministra, da SESEC e dos secretários. Resumiu que os trabalhos começaram com o recolhimento de documentos fornecidos pelos membros das Comissões, que incluem representantes dos ministros e ministras. Disse que cada Comissão levantou temas para apresentar para a reunião de março de 2025, que teria a presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Relatou que foram 40 documentos inicialmente apresentados, a partir dos quais o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE identificou o total de 200 temas, os quais foram agrupados e debatidos por comissão. Falou que, em dezembro, ocorreu a sistematização do material, resultando em 37 temas distribuídos pelas quatro Comissões, reduzidos para 21, após mais uma sistematização, os quais seriam apresentados hoje. Narrou que a Sra. Helena Nader e o Sr. Renato Janine fariam a apresentação da Comissão I; a Sra. Marcela Flores e o Sr. Hideraldo Almeida a da Comissão II; o Sr. Márcio Pereira e o Sr. Rafael Lucchesi a apresentação da Comissão III; e a Sra. Sandra Goulart e o Sr. Francisco do O' falariam pela Comissão IV. Disse que, após as falas iniciais, seria aberta a palavra para os demais presentes, que incluíam os seguintes convidados das Comissões: pela Comissão I, Sr. Paulo Artaxo e Sra. Mercedes Bustamante; e Sr. Júlio Heck, pela Comissão IV. Em posse da palavra, a **Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos**, agradeceu e parabenizou o funcionamento do CCT, que definiu como estratégico e importante para a política pública de ciência e tecnologia e, como consequência, para o país. Falou que o Conselho tinha muito valor, uma vez que sua composição refletia o que existia no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI. Lembrou que era um Conselho tripartite, com participação do governo, da comunidade científica e da iniciativa privada. Argumentou que o CCT refletia o pungente SNCTI e a necessidade de haver um fluxo que possibilitasse atualizações, o acompanhamento da própria política pública que era executada pelo MCTI e o exercício de aproximação de uma política assertiva que pudesse responder às expectativas, aos anseios e aos desafios do país liderado pelo Presidente Lula, que tinha nos seus primeiros passos o lema “União e Reconstrução”. Afirmou que o objetivo atual era ir além, garantir saltos e metas que pudessem ser estabelecidos conjuntamente e que se refletissem em várias ações na política de ciência e tecnologia, mas entendendo que tais matérias eram transversais e perpassariam todos os desafios de política pública do país. Citou a agenda da Nova Industrialização Brasileira, a participação do MCTI no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e as parcerias com diversos ministérios. Ainda, tratou dos avanços no combate ao desmatamento, um dos aspectos essenciais de sustentabilidade e da diminuição dos gases do efeito estufa, como tendo um papel decisivo no Ministério, que também estava presente desde na questão das metas do combate à fome até os desafios espaciais. Agradeceu o esforço e citou o prestígio e o diálogo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Conselho, comprovado pela solicitação da proposta do Plano Brasileiro da Inteligência Artificial – PBIA, que tinha sido cumprida. Falou sobre o papel da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, incluindo a condução do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, que garantia os recursos que iam necessariamente para inovação. Resumiu que os resultados estavam sendo extraordinários, incluindo o ponto de que era a indústria que estava alavancando o Produto Interno Bruto – PIB do país. Comemorou os 50 anos do CCT e os 40 anos do MCTI, para os quais estava sendo organizado um grupo de trabalho que teria a incumbência de refletir a história da política pública estruturante para a nação. Colocou-se à disposição para ouvir os relatórios. Ato seguinte, a **Sra. Denise Aparecida Carvalho** anunciou a apresentação da Comissão Temática Setorial I – Recuperação, Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI. Com a palavra, a Coordenadora, **Sra. Helena Nader** agradeceu à Ministra, à Sra. Denise Aparecida Carvalho, à coordenação, aos demais conselheiros e ao CGEE, especialmente ao Sr. Anderson Gomes e à Sra. Kilma, pelo trabalho. Resumiu o escopo da Comissão I, assim como os principais atores do SNCTI, sendo eles divididos entre: política e governança; órgãos reguladores; fomento e suporte; operadores de ciência, tecnologia e inovação; sociedade; universidades e outras instituições; e representações setoriais. Desculpou-se caso alguma instituição não tenha sido incluída no diagrama apresentado e destacou a Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG como parte essencial do SNCTI. Comparou o Brasil com os demais grandes produtores de ciências do mundo, ficando o país entre a 13^a e 14^a posições, a depender do levantamento, embora os investimentos fossem pífios. Desmistificou o entendimento de que quem investe em ciência é a indústria e avançou para a questão dos desafios para o desenvolvimento científico nacional. Citou a ciência, a tecnologia e a inovação como alicerces para um futuro sustentável e

lembrou que o Brasil tinha vários biomas, inclusive marinhos e o Antártico brasileiro, que precisavam de atenção. Falou sobre o debate das disparidades regionais, frisando a necessidade de descentralização de recursos e equipamentos. Mencionou como propostas: **o fortalecimento do financiamento local; a criação de fundos patrimoniais; a isenção do imposto de renda para doações para a ciência; a criação dos novos fundos setoriais; o investimento parcial dos valores do pré-sal em ciência, tecnologia e inovação - CTI; a criação de programas de formação, capacitação e pós-doutorado; a modernização de infraestruturas; a retenção de talentos; a contrapartida do setor produtivo; a blindagem nos recursos financeiros; a governança participativa; o fomento à inovação privada; o planejamento estratégico; a inclusão e a diversidade; a infraestrutura científica; a integração interministerial em CTI; o destaque ao papel das universidades e instituições de pesquisa; o potencial do SNCTI; e as políticas consistentes, tendo em vista as limitações do marco legal de inovação.** Ainda, discorreu acerca da demografia e do envelhecimento da população brasileira. Diante da indisponibilidade do Sr. Renato Janine, a Sra. Helena Nader seguiu com a apresentação anunciando que a Comissão tinha definido como urgentes: **1) a definição da Estratégia Nacional de CTI; 2) a elaboração do Plano Decenal de CTI, com base na 5ª Conferência Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação; e 3) a regulamentação do SNCTI.** Por fim, fez a leitura de um trecho não discutido com a Comissão como um todo à respeito da demanda por uma inteligência artificial – IA que falasse português vinda do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que poderia ser atendida seguindo o exemplo do DeepSeek, que investiu em inteligência humana. Ato contínuo, a **Sra. Marcela Flores**, Coordenadora da Comissão II - Reindustrialização e Novas Bases e Apoio à Inovação nas Empresas, saudou os presentes e agradeceu a manutenção da visão colaborativa no Conselho. Anunciou que a Comissão elaborou **seis grandes temas estratégicos** a partir dos debates, todos colocados como oportunidades estratégicas para aumento da capacidade da integração entre tecnologia, sustentabilidade e inclusão social. Lembrou da COP 30 como uma oportunidade de atuação do CCT. Com a palavra, o **Sr. Hideraldo Almeida**, Relator da Comissão II, agradeceu a atuação da coordenação do CCT, principalmente pelo trabalho de síntese. Descreveu que o relatório final da Comissão abordava o contexto nacional e internacional de cada um dos temas tratados, com o objetivo final de entregar resultados à sociedade. Contextualizou o momento da indústria, assim como a revolução e os impactos gerados na sociedade promovidos pela inteligência artificial. Apresentou os conceitos de Indústria 5.0 e Sociedade 5.0, colocando o ser humano no centro do processo, insistiu na necessidade de se pensar na sustentabilidade e citou a flexibilidade, a resiliência, a adaptação às novas tecnologias e a promoção do desenvolvimento de talentos e de capital humano. Apontou como desafio da Sociedade 5.0 a conexão da nova indústria com as mudanças de uma sociedade inteligente a fim de melhorar a qualidade de vida e promover bons serviços para atender as necessidades das pessoas. Anunciou que todos os temas da Comissão estavam conectados com a importância da reindustrialização e inovação para o desenvolvimento sustentável no Brasil. Listou os seis temas, a saber: **1) expansão da infraestrutura digital inclusiva; 2) fomento ao letramento digital e a capacitação técnica para a indústria 4.0; 3) descarbonização da economia, bioeconomia e sustentabilidade; 4) fomento ao empreendedorismo local, startups e deeptechs; 5) investir em pesquisa e desenvolvimento em áreas de alto impacto social e econômico; e 6) Complexo Econômico-Industrial da Saúde - CEIS.** Somou que todos os temas estavam dentro do contexto de criação da Sociedade 5.0 e conectados ao desenvolvimento de uma indústria capaz de transformar a vida das pessoas. A seguir, passou-se à apresentação da Comissão III – Programas e Projetos Estratégicos Nacionais, na qual o **Sr. Márcio Pereira**, Relator, disse que foram definidos **nove temas**. Listou e explicou os temas elaborados, a saber: **1) Amazônia - bioeconomia, bioenergia, biotecnologia, biodiversidade e bioprocessos; 2) mudanças e emergências climáticas, incluindo a questão da transição energética; 3) Complexo Industrial da Saúde e Biotecnologia; 4) reindustrialização sustentável e inserção global por políticas industriais, com enfoque na nova indústria e na redução de vulnerabilidades; 5) educação e capacitação tecnológica para a nova economia digital, verde e sustentável; 6) segurança cibernética e infraestrutura digital, pensando inclusive nos aspectos da segurança nacional; 7) materiais avançados e cadeias produtivas estratégicas; 8) autonomia e capacitação tecnológica no Programa Espacial e no Programa Nuclear Brasileiro; e 9) rotas de integração latino-americana.** Em conclusão, destacou as oportunidades do mundo da inteligência artificial e concordou com a elaboração de uma IA nacional. Após, o **Sr. Rafael Lucchesi**, Coordenador da Comissão III, comentou sobre a ideia de um projeto de país que envolvesse educação, ciência, tecnologia, inovação e reindustrialização, que apenas seria construído com uma agenda de pacto social e de aliança estratégica global, como proposto pela Confederação Nacional da Indústria – CNI. Falou sobre a instabilidade mundial e a possibilidade de surgimento de uma

Pax Sino-Americana diante da gestão do Presidente dos EUA, Donald Trump, para o que chamou de desespero da extrema-direita sul-americana, que vivia o mapa ideológico da Guerra Fria dos anos 1960. Lembrou que escolhas precisariam ser feitas, uma vez que os recursos eram limitados e que o projeto do país deveria incluir capacidade de concertação e de alavancagem de recursos, derivada da mistura da ciência básica e da aplicada. Afirmou que as grandes apostas que o Brasil poderia fazer eram nas questões das mudanças climáticas, da descarbonização e da transição energética, sendo que o processo de industrialização e a mudança da hegemonia poderia levar o país a tornar-se um aliado estratégico da economia e da hegemonia norte-americana regional latino-americano. Sugeriu pensar-se estrategicamente e de maneira disruptiva em todas as oportunidades em torno do *power shore* e da descarbonização produtiva, o que não envolvia apenas a retirada do petróleo cru, mas também o desenvolvimento do pacote tecnológico, considerando-se pretensões realistas. Anunciou como uma possível agenda brasileira o **processo de industrialização para a Amazônia**, ao espelho do Projeto Apolo, com a criação de uma disruptão tecnológica em torno da microeletrônica e da telecomunicação. Falou que a liderança da pauta de CT&I deveria partir do Estado, que a ambição precisava ser direcionada ao projeto do país e que o objetivo era desenvolver uma **economia biotecnológica e florestal**. Por fim, citou a **pauta da saúde**, por tudo que representa e por ter engajamento econômico e social, e afirmou que o Brasil tinha vantagem na **agenda biotecnológica** por articular múltiplos biomas. Arrazoou que o financiamento seria viável para **as três pautas supracitadas** se todas estivessem amarradas em um projeto de país, com a inovação como ponto central e que contasse com o engajamento da sociedade em torno de um pacto social. Somou que as demais propostas poderiam ser exploradas dentro da dimensão do orçamento do MCTI. Ato contínuo, passou-se à apresentação da Comissão IV – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, feita pela **Sra. Sandra Goulart**, que demonstrou satisfação em participar do trabalho. Resumiu que a Comissão visou debater tecnologias que promovessem o desenvolvimento social ao mesmo tempo que reduzissem os problemas sociais. Destacou as representações que compuseram a Comissão e a importância da transversalidade das ações de todos os ministérios a respeito da pauta, que também deveriam promover inovação e equidade com atenção à sustentabilidade. Mencionou a ideia de consolidação de políticas públicas que pudessem integrar ciência, tecnologia e inovação em um modelo de desenvolvimento que priorizasse o desenvolvimento social, a sustentabilidade, a inclusão social e o impacto econômico. Mencionou os **seis temas** escolhidos pela Comissão, a saber: **1) soberania, segurança alimentar e combate à fome; 2) políticas de ciência, tecnologia e inovação voltadas para a redução das desigualdades; 3) tecnologias para mitigação de eventos climáticos; 4) ciência, tecnologia e inovação para garantir a segurança hídrica da população brasileira; 5) tecnologias sociais para geração de emprego e renda; e 6) investimento em pesquisa e desenvolvimento em áreas para que tenham impacto social e ao mesmo tempo econômico com sustentabilidade.** Discorreu sobre a importância de serem considerados os saberes científicos, assim como os saberes de povos indígenas e comunidades tradicionais, abordar os temas. Dando continuidade, o Relator da Comissão, **Sr. Francisco do O'**, cumprimentou a todos e agradeceu o trabalho de compilação do CGEE. Resumiu que o eixo norteador dos debates da Comissão incluiu o quadro de heterogeneidades estruturais que caracterizam o padrão de desenvolvimento brasileiro, as desigualdades, os desafios da inserção externa, a transversalidade das políticas e programas e a imprescindibilidade das ciências, das tecnologias e da inovação no enfrentamento desses cenários. Disse que a metodologia utilizada foi a mesma das demais comissões e resumiu as fontes abrangidas pelo trabalho, desde as estatísticas de projetos em andamento até o resultado da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Enfatizou que o **tema soberania, segurança alimentar e combate à fome foi colocado como prioritário pela Comissão** e falou sobre a sugestão de qualificação de alguns temas a partir dos saberes dos povos tradicionais, principalmente relacionando a diversidade cultural e linguística com os biomas. Reforçou que **as pautas sobre a mitigação dos eventos climáticos deveriam incluir também a diversidade de biomas e a desertificação que acontecia em alguns deles**. Ato seguinte, a Sra. Denise Aparecida Carvalho anunciou que teria início a etapa de inscrições da reunião, sendo que o tempo de fala seria limitado a cinco minutos. Primeiramente, o **Sr. Jailson Bittencourt**, conselheiro do CCT e coordenador substituto da Comissão II, anunciou que, em 15 de dezembro de 2024, o Ministro da Educação Camilo Santana tinha assinado o Decreto que torna o SENAI-SIMATEC uma universidade focada na inovação e ligada aos setores acadêmico e industrial. A seguir, a **Sra. Mercedes Bustamante**, conselheira do CCT, reforçou a necessidade de síntese dos trabalhos desenvolvidos por meio da definição de temas concentradores, efetivos e que incluam um censo de urgência. Iluminou a realização da COP 30, citando a projeção que o

país teria devido ao evento e o protagonismo do sul global quanto à pauta ambiental, principalmente diante da saída dos EUA do Acordo de Paris. Demonstrou preocupação com a retirada de recursos para a mitigação e adaptação climática de fundos internacionais de investimentos e insistiu na importância da inovação tecnológica e social na discussão. Relacionou os temas de segurança alimentar e mudanças do clima, citou como central para o país a construção de resiliência e destacou que o foco do debate deveria ser voltado para as humanidades. Após, o **Sr. Jorge Bermudez**, conselheiro do CCT e relator substituto da Comissão III, apontou que o Complexo Econômico-Industrial da Saúde – CEIS tinha sido mencionado em quase todas as apresentações, dada a sua importância, e questionou se o papel estratégico da Fundação Oswaldo Cruz não poderia ser explicitado, sobretudo em decorrência da sua atuação. Elogiou o trabalho desenvolvido nos relatórios e sugeriu a inclusão da temática do acesso a tecnologias e propriedade intelectual. Em seguida, o **Sr. Júlio Heck**, conselheiro do CCT como representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, colocou-se como representante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que definiu como tendo como uma característica marcante a interiorização. Parabenizou os trabalhos da Comissão IV, da qual participou, e indicou a temática da interiorização da ciência e do desenvolvimento científico e tecnológico nas demais apresentações. Concordou com a necessidade de delimitação de prioridades dentre os temas apresentados de acordo com a urgência, optando pelos temas **“soberania e a segurança alimentar”** e **“combate à fome”**, dado que o Brasil tinha voltado a fazer parte do mapa da fome. Apelou, enquanto gaúcho, para que as **tecnologias de resistência climática e mitigação dos efeitos das catástrofes** fossem abordadas como prioridade, a fim de evitar a repetição de situações como as enchentes do Rio Grande do Sul. Desejou que o tema supracitado fosse indicado pelo próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e falou sobre a falta de preparo do país diante das catástrofes climáticas. Dando continuidade, a **Sra. Silvia Massruhá**, conselheira do CCT, coordenadora substituta da Comissão III e presidente da Embrapa, parabenizou as apresentações e discorreu acerca da sua caminhada profissional enquanto atuante da área de inteligência artificial e integrante da Embrapa. Indicou a necessidade de um **pacto de soberania nacional, segurança alimentar e combate à fome**. Demonstrou sentir-se honrada em participar do CCT, comentou sobre a relação entre as IAs e o agro e lembrou que a Embrapa tinha sido criada, 50 anos, por uma questão de soberania nacional e garantia à segurança alimentar, em uma época em que a agricultura não era multidisciplinar, mas sim focada em desenvolver as ciências agrárias, trabalhar com a fisiologia da planta e adaptar as plantas para cada bioma e tipo de clima e solo. Falou sobre a agricultura brasileira como uma referência global, disse que a Embrapa era conhecida como “NASA brasileira” e insistiu na temática voltada para a produção de alimentos, tendo em vista o preço dos produtos, as mudanças climáticas e o abandono da agricultura regenerativa. Indicou como foco da Embrapa a agricultura multifuncional e a ligação entre alimentos e saúde humana, vegetal e animal e enalteceu o potencial brasileiro na produção de alimentos, lembrando da inclusão socioprodutiva do pequeno e médio produtor na pauta. Pediu o apoio do MCTI, do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA e demais Ministérios afetos ao tema na criação do pacto de soberania nacional. Mencionou, ainda, o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, que envolvia a Embrapa e as universidades das áreas de ciências agrárias, propondo sua revitalização. Então, o **Sr. Renato Janine**, conselheiro do CCT e relator da Comissão I, falou sobre a importância de concluir-se atividades previstas há muito tempo, como o **Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação**, além da **Estratégia Nacional e do Plano Decenal**, todos baseados essencialmente nas conclusões da Conferência Nacional. Discorreu acerca da importância dos sistemas nacionais, principalmente devido à sua característica de articulação entre os governos federal, estaduais e municipais, a exemplo do Sistema Único de Saúde – SUS. Ato seguinte, o **Sr. Daniel Almeida Filho**, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, cumprimentou a mesa e demais presentes e demonstrou alegria em participar da reunião. Afirmou que os temas mencionados eram instigantes e importantes e ressaltou a questão **da reindustrialização, das novas bases e do apoio à inovação nas empresas**, levantado pela Comissão II, da qual participou. Tratou da nova indústria do Brasil e argumentou que os temas citados forneceriam a possibilidade de abordagem do método de aplicação da nova indústria do ponto de vista da ciência e da tecnologia e em paralelo com o estabelecido pelo Plano de Ação. Reforçou que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha como principal ponto de vista o impacto social das políticas públicas. Falou sobre o **desenvolvimento tecnológico, em especial o lançamento do PBIA, e a projeção do impacto das IAs no mercado de trabalho**, o que demandava preocupação, tendo em vista o envelhecimento gradual da população e a dificuldade de capacitação para o trabalho. Refletiu sobre a expansão dos postos de

trabalho gerada pelas revoluções industriais anteriores, em comparação com a revolução atual, que demonstrava potencial de diminuir os postos de trabalho de forma assimétrica, ou seja, mais expressivamente nos países em desenvolvimento. Recomendou que a Indústria 5.0 avançasse com a população como ponto central do desenvolvimento tecnológico e industrial e argumentou que a reindustrialização brasileira era positiva. Acrescentou que, no contexto da Indústria 5.0 e da Sociedade 5.0, outras características deveriam ser levadas em consideração, principalmente a sustentabilidade. Sobre a definição do tema, sugeriu um guarda-chuva que englobasse planos de ação na área de sustentabilidade, do complexo econômico e industrial da saúde e da humanização. Em seguida, o Sr. Dácio Roberto Matheus, conselheiro do CCT e coordenador substituto da Comissão I, reiterou a existência de uma convergência entre os temas elencados e as deliberações da 5ª Conferência e indicou como temática mais urgente a das emergências climáticas, que transpassava por todos os demais temas. Arrazoou que todas as demais ações seriam em vão se não houvesse uma reflexão sobre o impacto das ações coletivas na sustentabilidade planetária. Somou que o tema era oportuno, citou o repositionamento radical dos EUA frente às questões climáticas e destacou o papel do Brasil diante da COP 30. Focou também no tema da redução de vulnerabilidade das cadeias produtivas estratégicas, englobando a soberania hídrica e a soberania energética. A Sra. Helena Nader rememorou que, ao final do relatório da Comissão I, era citado o tema “Uma Única Sustentabilidade”, como sugestão do Sr. Anderson, que abarcaria as sustentabilidades social, econômica e climática, por exemplo. Sugeriu que um grupo se reunisse para organizar as ideias sob um tema guarda-chuva, tendo em vista que elas não dependeriam de implementações simultâneas. Então, o Sr. Fernando Rizzo, Diretor-Presidente do CGEE, concordou que a sustentabilidade era um tema capaz de englobar a maioria dos pontos apresentados e insistiu na inclusão da emergência climática. Em posse da palavra, a Ministra Luciana Santos informou que a Sra. Denise Aparecida Carvalho, como Secretária Executiva do CCT, em parceria com o Sr. Oswaldo e o Sr. Luís, fariam os devidos encaminhamentos da reunião. Elogiou a riqueza da reunião e garantiu que não havia possibilidade de aumentar a assertividade no rumo desejado para a política pública de ciência, tecnologia e inovação sem estabelecer-se o fluxo de troca de ideias, que, por sua vez, buscava convergências a serem apresentadas com o objetivo de fazer do Brasil um país cada vez melhor para se viver. Apontou que o método desenvolvido para as Comissões estava centrado nos quatro eixos estratégicos definidos desde maio por meio da portaria do MCTI, o que ajudou no direcionamento de esforços para a formulação e a elaboração do caminho desenhado. Opinou que os esforços do CCT se somariam ao Livro Violeta, fruto da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Concordou com a preocupação quanto à elaboração da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, do Plano Decenal e de metas exequíveis a partir da capacidade instalada. Resumiu que os trabalhos elaborados pelas Comissões estavam em sintonia com os debates de políticas públicas. Lembrou que o Brasil é um país de dimensão continental, de vocações naturais muito diversas e que sofre com a ausência de um Plano Nacional de Desenvolvimento que enfrente as desigualdades regionais e que atenda aos desafios da inclusão, da sustentabilidade e de um desenvolvimento mais arrojado. Indicou a ausência desse Plano como a raiz de distorções como as desigualdades sociais, as desigualdades regionais e as anomalias na infraestrutura brasileira, esta última que resultava em catástrofes após eventos climáticos extremos, afetando principalmente as populações mais vulneráveis. Sintetizou que a história do desenvolvimento das nações levou ao entendimento de que os processos de revolução tecnológica foram decisivos e modificadores nesta história, desde o movimento do capitalismo na época mercantilista. Refletiu sobre o estreitamento dos ciclos de revolução industrial e o reflexo na disputa geopolítica, além de citar o abalo financeiro global gerado pelo DeepSeek como um exemplo do impacto das revoluções tecnológicas. Falou sobre a busca das nações pela concentração de riquezas, que variavam de acordo com o ciclo econômico da época. Indicou a crise de 2008 e a COVID como rupturas que levaram ao rearranjo das cadeias produtivas em busca de alternativas diante das adversidades. Enfatizou que a ampliação dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento seria um desafio, que deveria ser acompanhado de mecanismos de estímulos de investimentos, inclusive por parte da iniciativa privada. Usou os fundos setoriais como um exemplo de sucesso, sugerindo o debate sobre os fundos setoriais de outras áreas. Comparou os investimentos públicos brasileiros em IA com os investimentos europeus, o que relevou que o Brasil estava entrando no debate, além de relatar a importância da criatividade, da ousadia, da inovação e das apostas na capacidade humana brasileira. Apontou que os desdobramentos do trabalho do CCT para apresentação ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveriam dialogar com a realidade atual, incluindo a realização da COP 30 e a presidência brasileira dos BRICS. Reforçou que a sustentabilidade

englobava transversalmente diversas questões, **como transição energética, ferramentas tecnológicas, saneamento básico e moradia**. Em conclusão, falou sobre o papel dos BRICS na pauta ambiental e de sustentabilidade e concordou que o Brasil precisava avançar através da descarbonização produtiva. Ato seguinte, o **Sr. Osvaldo Moraes**, Secretário substituto de Políticas e Programas Estratégicos, relatou que alguns programas da Secretaria na qual atuava estavam alinhados com os resultados apresentados. Contou que o MCTI promovia, há anos, informações para tomadores de decisão, gerando relatórios para a Convenção das Nações Unidas e o inventário de gases de efeito estufa, por exemplo, embora o desejo da atual gestão fosse ir além. Mencionou artigos sobre a **saúde planetária** e requisitou que os alertas da ciência fossem considerados na elaboração de um programa estruturante de **emergência, crise climática e sustentabilidade**. Ilustrou a gravidade da situação climática global e o impacto econômico das catástrofes. De acordo com o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID, comparou que, na década de 90, eram entre 200 e 300 desastres climáticos ao ano no país, afetando cerca de 10 mil pessoas, enquanto, nos últimos cinco anos, foram registrados aproximadamente 6 mil desastres por ano, atingindo 30 milhões de pessoas em 2024. Discorreu acerca do ecossistema de vulnerabilidade do Brasil, em que mais de 10 milhões de pessoas vivem em mais de mil áreas de risco, que carecem de investimentos do setor público. Concordou que o fortalecimento do sistema de ciência e tecnologia passa pelo investimento em recursos humanos. Concluiu dizendo que as informações são fundamentais para o direcionamento da atuação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Por fim, o **Sr. Luís Manuel Rebelo Fernandes**, Secretário Executivo do MCTI, indicou que a função do Ministério é a de recolhimento de informações, não de formulação, e afirmou que os temas seriam encaminhados ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo a definição feita em diálogo com o gabinete da Presidência. Informou que os temas citados na reunião também tinham sido induzidos na chamada do programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCTs, que desejou ampliar quanto ao alcance e financiamento. Diferenciou os debates do CCT dos programas do FNDCT, cujo processo de revisão estava na metade e indicava possivelmente para dois novos programas de investimento: **a materialização do PBIA e um programa de monitoramento e enfrentamento de desastres climáticos**, ambos os temas interligados com os debates da reunião. Finalizadas as inscrições, a **Sra. Denise Aparecida Carvalho** comunicou que a reunião do CCT com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava programada para março e lembrou que o trabalho dos últimos três meses tinha como foco a construção de uma pauta a ser debatida com ele. Afirmou que o material desenvolvido seria levado ao conhecimento do Presidente e explicou que o mês de fevereiro acomodaria os trabalhos de afunilamento do tema prioritário. Resumiu a reunião do ano anterior do CCT com o Presidente, que teve a IA em diversas abordagens como pauta e culminou na encomenda do PBIA, e esclareceu que um mesmo tema poderia ser desdobrado em abordagens diferenciadas. Anunciou como próxima etapa a elaboração de um tema que refletisse as abordagens das quatro Comissões, ao que o Sr. Luís Manuel Rebelo Fernandes reiterou que a definição seria feita pelo gabinete do Presidente. Continuamente, a Sra. Denise Aparecida Carvalho disse que temas iam ser alinhados entre o Presidente e a Vice-Presidente do CCT, respectivamente, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Ministra Luciana Santos, responsáveis pela indicação do tema final, que seria encaminhado aos(as) conselheiros(as). Ainda, a **Sra. Helena Nader** perguntou quais Ministérios estavam planejando ou aportando recursos para o PBIA, ao que o Sr. Luís Manuel Rebelo Fernandes afirmou que estava tratando a questão com a Casa Civil e que o FNDCT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES eram os estruturadores do plano, além de garantir que manteria o CCT informado sobre a questão. **ENCERRAMENTO:** Finalizada a pauta, a **Sra. Denise Aparecida Carvalho** deu por encerrada, aos vinte e nove dias de janeiro de dois mil e vinte e cinco, a Reunião dos(as) Coordenadores(as) e Relatores(as) das Comissões Temáticas Setoriais do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT com a Ministra Luciana Santos. **Denise Aparecida Carvalho - Secretária Executiva e Chefe da Assessoria do CCT.**



Documento assinado eletronicamente por **Denise Aparecida Carvalho, Chefe da Assessoria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia**, em 13/03/2025, às 18:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12685743** e o código CRC **0940F1F0**.

Referência: Processo nº 01245.018765/2024-71

SEI nº 12685743